



PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E DA SAÚDE
Curso de Psicologia

Vinicius Marques Gomes

O uso de drogas no contexto universitário.
A Redução de Danos como geradora de autonomia e
alternativa ao Proibicionismo

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

São Paulo - SP

2021

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO

VINICIUS MARQUES GOMES

O uso de drogas no contexto universitário.
A Redução de Danos como geradora de autonomia e
alternativa ao Proibicionismo

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado como exigência parcial para a
graduação do título de bacharel em
Psicologia no curso de Psicologia, sob
orientação da Prof. Dra. Beltrina Côrte.

São Paulo - SP

2021

RESUMO

Este trabalho de conclusão de curso faz uma retomada do consumo de drogas a partir da história e diferentes épocas e sociedades, trazendo à luz as possibilidades da entrada da Redução de Danos dentro do ambiente universitário, pautado na compreensão de ser humano e de mundo da Fenomenologia de Martin Heidegger. Aprofunda-se sobre a realidade universitária e como se dá o uso de drogas dentro desses ambientes a partir de uma revisão bibliográfica, para, então, de forma ensaística, abordar o Proibicionismo, tratando também dos seus efeitos no mundo e no ser humana, e como este afeta a relação das instituições e dos alunos com o consumo de entorpecentes. Discute-se a Redução de Danos como uma alternativa que oferece cuidado e informação para que se tenha um consumo consciente de entorpecentes, tratando de diferentes experiências de Redução de Danos e das possibilidades de sua entrada no ambiente universitário. Conclui-se que a Redução de Danos, em ações aliadas com instituição universitária e os estudantes, é pensada como uma alternativa potente para promover autonomia e um uso de drogas mais consciente por parte dos alunos.

Palavras chaves: Redução de Danos; Proibicionismo; Universidade; Drogas.

ABSTRACT

This course conclusion work retakes drug use from history and different times and societies, bringing to light the possibilities of the entry of Harm Reduction within the university environment, based on the understanding of the human being and the world of Phenomenology by Martin Heidegger. It goes deeper into the university reality and how drug use takes place within these environments, based on a literature review, to then, in an essayistic manner, address Prohibitionism, also dealing with its effects on the world and on human beings, and how this affects the relationship of institutions and students with the consumption of narcotics. Harm Reduction is discussed as an alternative that offers care and information so that there is a conscious consumption of narcotics, dealing with different experiences of Harm Reduction and the possibilities of its entry into the university environment. It is concluded that Harm Reduction, in actions allied with university institutions and students, is thought of as a powerful alternative to promote autonomy and a more conscious use of drugs by students.

Keywords: Harm Reduction; Prohibitionism; University; Drugs.

Sumário

| | |
|--|----|
| 1. INTRODUÇÃO..... | 5 |
| 2. O CONSUMO DE DROGAS ATRAVÉS DA HISTÓRIA DA HUMANIDADE..... | 8 |
| 3. O SER HUMANO NA PERSPECTIVA FENOMENOLÓGICA-EXISTENCIAL | 11 |
| 4. O USO DE DROGAS NO CONTEXTO DA UNIVERSIDADE..... | 15 |
| 4.1. Fenômeno do uso de drogas..... | 16 |
| 5. PROIBICIONISMO..... | 19 |
| 5.1. Proibicionismo no Brasil | 19 |
| 5.2. Proibicionismo na atualidade e seus efeitos no ser humano | 23 |
| 6. REDUÇÃO DE DANOS | 27 |
| 6.1. Experiências de RD na Europa: Portugal | 31 |
| 6.2. Experiências de RD na América Latina: Uruguai..... | 32 |
| 7. UNIVERSIDADE & REDUÇÃO DE DANOS..... | 34 |
| 7.1. Informação como geradora de autonomia | 34 |
| 7.2. Experiências no mundo..... | 37 |
| 7.3. Para além das experiências relatadas..... | 39 |
| 7.4. Possíveis horizontes e sugestões | 41 |
| 8. CONSIDERAÇÕES FINAIS..... | 43 |
| 9. REFÊRENCIAS..... | 46 |

1. INTRODUÇÃO

Ao longo da experiência universitária, deparei-me com o uso de drogas em diversos ambientes, dentro da universidade, nos arredores do mesmo e até em eventos universitários fora do próprio campus. Fica claro o momento de experimentação que é vivido por aqueles que estão na universidade, como também fica claro como o Proibicionismo atua nesses mesmos jovens, inibindo-os, muitas vezes, de refletirem sobre o consumo de drogas; e impedindo-os, inclusive, de conversarem e trocarem informações sobre aquelas substâncias que eles consomem ou têm curiosidade. Como consequência, eles ficam sem acesso a informações de qualidade que possam ajudá-los a fazer um consumo mais consciente.

Ante esse panorama, e a fim de refletir e contribuir sobre possíveis estratégias para a entrada da Redução de Danos dentro da universidade surgiu este trabalho ensaístico¹, pautado principalmente na compreensão fenomenológico-existencial postulada por Martin Heidegger em *Ser e Tempo*, de maneira a dialogar e tocar a vida desses estudantes, promovendo autonomia, fornecendo conhecimento e informação de qualidade e promovendo uma reflexão e diálogo sobre seu próprio uso. Mas também sobre os efeitos dos impactos do Proibicionismo nas possibilidades humanas daqueles que estão ingressando no ambiente da formação universitária.

Assim, a partir das experiências vividas dentro da universidade se partiu para uma revisão bibliográfica sobre o uso de drogas nesse ambiente e a Redução de Danos, fundamentando-se no pensamento fenomenológico, mas com liberdade de tratar e organizar este trabalho em seis capítulos, além da introdução e considerações finais, sem a rigidez metodológica de um texto científico.

No primeiro deles se apresenta o contexto do consumo de drogas ao longo da história da humanidade. O consumo da maior diversidade de substâncias acompanha a existência do ser humano, que utiliza entorpecentes, as conhecidas

¹ Isidoro Alves, em *A ensaística e o trabalho científico*, assinala que o trabalho ensaístico é definido por ser um modo de produzir um texto menos limitador, afastando-se das amarras estruturais que são enxergadas em outros métodos de escrita.

drogas do nosso mundo contemporâneo. Este uso possuiu diversos e muitos sentidos diferentes possíveis, sempre envolvidos de uma ritualística, porém muitos dos usos assumiram sentidos religiosos, de conexão espiritual, contato com seus antecessores, assim como também existem e existiram usos de caráter de lazer, recreativo, além dos usos medicinais que também estão presentes.

Mas como o ser humano se relaciona com tais substâncias, depende de inúmeras variáveis, como contexto, momento histórico e social em que está vivendo entre outras variáveis. Quando se fala do humano dentro do ambiente da universidade, fica claro que o uso de drogas também está presente e acompanha o ser humano nesse contexto de vida.

O segundo capítulo foca no ser humano, aqui pensado e retratado a partir de um arcabouço fenomenológico, entendendo o humano como aquele que tem infinitas possibilidades de ser, e que apesar disso nunca realizará todas elas. Essa escolha de algo em detrimento de outras que não aconteceram, fazem parte do jogo que o ser humano está sempre posto, ou seja, lidar com suas escolhas e com os êxitos, ou não, de suas eleições.

O terceiro capítulo apresenta a vida universitária que, por sua vez, fala de um contexto específico, gente jovem em sua maioria, que está dando início à fase adulta de sua vida. Período caracterizado por ser um momento de incertezas, de decisões, de novas vivências. Trata de um momento de crescimento pessoal e desbravamento de inúmeras possibilidades que passam a se abrir dentro do ambiente universitário. Ambiente em que também está muito presente o uso de drogas, a experimentação de novas substâncias, a disposição e vontade para experienciar novas situações.

Ocorre que nos últimos dois séculos surgiu uma política globalizada de combate e controle às drogas, conhecida como Proibicionismo, e tema do quarto capítulo. O Proibicionismo é uma política estabelecida como combate ao consumo de drogas, que visa a abstinência e o fim do consumo de todas as drogas ilícitas. Atua de maneira direta via políticas governamentais nacionais e internacionais, com ações de caráter policial principalmente, além de ações “educacionais” com intenção de cessar o consumo de drogas no planeta.

Já o quinto capítulo trata da Redução de Danos, uma política e postura relacionada à vida e no caso mais especificamente ao uso de drogas, surgiu na

década de 30 na Holanda e vem ganhando força como nova maneira de se pensar o uso e abuso de drogas na sociedade moderna. Diferentemente do Proibicionismo, a Redução de Danos não prega uma abstinência cega, propõe que cada ser humano seja responsável por suas escolhas e que caso se opte em consumir uma droga, que o faça de maneira responsável e consciente, com informações e conhecimentos que possibilitam tomar decisões mais seguras e conscientes de suas possíveis consequências.

No sexto e último capítulo considera-se a Redução de Danos uma ferramenta potente e emancipadora, por trazer uma nova visão para aqueles que passaram sua vida contaminados pelo Proibicionismo e seus dogmas, impostos na sociedade nesses últimos dois séculos. Aponta-se possíveis caminhos a seguir dentro da universidade para uma entrada maior e mais abrangente da Redução de Danos, levando em conta ações e estudos já vistos em outras instituições universitárias. A entrada da Redução de Danos dentro das universidades - ambientes onde o uso de drogas acontece frequentemente e onde surgem novos contatos e conexões com as drogas -, é de suma importância, para que estes possíveis usuários possam se aliar da informação para tomar suas decisões, permitindo assim que os mesmos façam um uso com maior autonomia, sabendo dos possíveis malefícios de seu uso, e sabendo como minimizar os danos causados pelo uso.

Dessa forma, é fundamental que todos os alunos dentro da universidade entrem em contato com a Redução de Danos e algumas das ideias levantadas por ela. A criação de coletivos de Redução de Danos dentro da universidade seria uma maneira muito forte e potente de levar esses conteúdos e discussões para dentro da universidade, de maneira que os alunos se sintam confortáveis a discutir tais questões longe do moralismo e tabu instaurado pelo Proibicionismo ao longo das últimas décadas. Mas isso não basta, é necessário também rever as grades curriculares, uma vez que a Redução de Danos deveria estar posta para todos os alunos. As universidades devem ser responsáveis por incentivar essa lógica de cuidado. Os profissionais de saúde em formação precisam entrar em contato com esse conteúdo, a fim de assumirem o protagonismo nessa mudança de paradigma.

Por fim, nas considerações finais, é levantada uma reflexão sobre o papel da universidade, apontando a contradição entre a reflexão da falha do Proibicionismo que é feita pela academia e a posição tomada pela própria Universidade, que

apesar disso se alinha com o Proibicionismo na sua posição quanto aos alunos. Proíbe e judicializa os alunos usuários assim como os governos fazem com os usuários. Buscamos apontar um novo caminho para as Universidades, já que estas são espaços de formação, que desenvolvem o jovem para além do conteúdo do curso, já que são formados para a vida. Dessa maneira, visa-se a entrada da Redução de Danos na Universidade como ambiente de formação, escuta e de crescimento para todos os estudantes, sempre levando em conta as especificidades e singularidades de cada um, trazendo informação de qualidade para gerar consciência e autonomia.

2. O CONSUMO DE DROGAS ATRAVÉS DA HISTÓRIA DA HUMANIDADE

O consumo de drogas não é um fenômeno atual, muito pelo contrário, ele sempre foi observado na humanidade através do tempo e em diferentes sociedades e épocas históricas. Quando se pensa no uso de drogas, pode-se trazer diversos exemplos de sociedades diferentes em que seu uso esteve presente, e diversos sentidos que eles possam ter assumido. Como aponta Carneiro (2002, p. 117).

A primeira questão a se definir é a de que as drogas são necessidades humanas. Seu uso milenar em quase todas as culturas humanas corresponde a necessidades médicas, religiosas e gregárias. Não apenas o álcool, como quase todas as drogas são parte indispensável dos ritos da sociabilidade, da cura, da devoção, do consolo e do prazer. Por isso as drogas foram divinizadas em inúmeras sociedades.

No Egito antigo, o uso de drogas era comum e tinham sentidos médicos tanto quanto finalidades profanas de prazer. Plantas como a papoula, o cânhamo, mandrágora e datura eram consumidas com ambos sentidos. A sociedade egípcia já dominava técnicas de fermentação das frutas desde 3000 a.C. Substâncias como ópio, vinho e cerveja eram as mais consumidas naquela época. A papoula era privilegiada, tida como uma fonte de prazer e gozo muito consumida para a população.

Nas sociedades indígenas amazônicas, por exemplo, a ayahuasca é uma substância muito conhecida e utilizada pela população dessas regiões. A ayahuasca é conhecida nesses povos por ser o "cipó dos mortos", uma droga cujo sentido do uso era de se conectar com os mortos. Segundo Araújo e Moreira (2006, p. 11).

A ayahuasca é conhecida pelas civilizações amazônicas há pelo menos 2000 anos. Acredita-se que os incas foram os grandes difusores da planta entre as tribos amazônicas. O consumo permaneceu vivo entre as tribos indígenas até ser sincretizada a rituais cristãos no início do século XX pelo maranhense Raimundo Irineu Serra, o Mestre Irineu, que passou a chamar a ayahuasca de Santo Daime – dai-me paz, dai-me saúde, dai-me felicidade.

A ayahuasca, no Brasil, tinha e tem até hoje um fator cultural e religioso em seu consumo. O consumo se dava com a orientação do xamã local da aldeia, cuja tarefa era guiar a experiência daqueles que tomavam o chá. O ritual do uso da ayahuasca era primordial para construir e solidificar as crenças indígenas, um processo terapêutico de corpo e de espírito para aqueles que participavam, criando uma ligação entre os antepassados e aqueles que faziam o uso.

A ayahuasca é um exemplo claro de como a utilização de uma substância possui diversos sentidos, e sempre é abrangida por um sentido que é construído social e culturalmente. Neste caso, o chá é um ritual tradicional que une diversas tribos amazônicas a partir do uso do mesmo. Com um caráter religioso, o chá era um ritual de ligação que a população indígena tinha com seus ancestrais e era por meio dele que se comunicavam.

São alguns exemplos de diferentes sociedades em diversos momentos da história humana, que nos mostram como o uso de drogas está presente no todo da nossa história e acompanha a existência humana.

No século XIX passa-se por um período onde o consumo de drogas assume uma nova fase, utilizadas por muitos momentos com um sentido recreativo. Foi nessa época que surgiram vinhos com folhas de coca, surgimento de salões para uso de ópio assim como o consumo da cannabis. A criação de Clubes Hashishins por médicos psiquiátricos da época, onde era liberado o consumo de Haxixe como uma forma de tratamento para aqueles que eram considerados insanos mentais.

Pode-se enxergar nessa época um movimento típico pelo qual passavam os entorpecentes naquele momento. De início aparecem como possíveis

medicamentos promissores que chamavam atenção da comunidade científica. Tais debates eram notados pelo resto da população, que logo começavam a fazer o uso das substâncias, em ambientes diferentes longe daquele discurso médico, de maneira que visava o prazer, a recreação. Essa mudança de sentido e de modos de uso nos entorpecentes, é apontada por Araújo e Moreira (2006, p. 12).

Essa nova condição das substâncias psicoativas, de instrumento ritual a produto de consumo – e por isso desprovida de lastro cultural e rituais de controle –, proporcionou novos padrões de uso, com o surgimento de complicações e danos físicos, psicológicos e sociais. Isso suscitou a necessidade de criar mecanismos de controle pelo Estado.

Essa época foi a última antes da era do Proibicionismo, que teve seu primeiro ciclo de intolerância no final do século XIX e início do século XX. Esse período de intolerância se iniciou ali, e foi criando traços e questões que vivemos até hoje e que atingiu com muita força nossa sociedade e nossos ideais.

O Proibicionismo, todavia, não foi a primeira tentativa de tentar controlar o uso de drogas de uma sociedade. Segundo Toscano (2001), a sociedade grego romana já tinha essas preocupações, seja por excesso de alimento, álcool, ou até sexo. O abuso era visto como uma questão ética, não médica. Importante ressaltar que com o cristianismo, muitas plantas e substâncias foram consideradas como diabólicas, profanas; por outro lado o vinho sempre foi exaltado, dado os interesses econômicos, morais e éticos.

3. O SER HUMANO NA PERSPECTIVA FENOMENOLÓGICA-EXISTENCIAL

Para que pensemos na relação do estudante universitário com o uso de drogas, é necessário se reiterar que esta pesquisa se pauta na compreensão fenomenológico-existencial, postulado por Martin Heidegger em *Ser e Tempo* (1927) e por alguns autores posteriores. Dessa maneira, conceitos primordiais serão explicados para a compreensão de ser humano, como *Dasein*, ser-para-a-morte, cuidado, vulnerabilidade.

Para Heidegger (1927) *Dasein* é o nome dado para o modo de compreensão do Ser do Homem fenomenológico, caracterizado por ser aberto ao existir - esta abertura primordial que é considerada a essência humana - e que se desdobra no mundo. O *Dasein*, abertura ser-aí, só existe no mundo em que o mesmo habita, sem anterioridade do homem ou do mundo, a constituição das suas existências se dão de maneira simultânea, mundo e ser só existem nessa relação entre os dois, evidenciando assim o Ser-no-mundo.

Neste trabalho não se busca esgotar a complexidade do pensamento fenomenológico existencial, mas fazer uma breve explicação para que assim possa se dar luz à abertura para o fenômeno do uso de drogas do humano na modernidade. O olhar fenomenológico não é uma teoria, trata-se de uma visão de mundo que busca romper com a dicotomia metafísica vista entre humano e mundo, tornando possíveis e acessíveis pensamentos que vão adentrar o esquecimento nesse mundo dicotômico atual. Dessa maneira, não se separa droga do humano e do mundo, seu uso se dá a partir da relação desses 3 meios, que não existem sozinhos, somente a partir da relação entre eles.

Como exposto por Loparic:

A analítica existencial de Heidegger, porém, implica na “destruição” ou “desconstrução” da antropologia metafísica tradicional, que vê o homem como uma entidade natural e objetiva. No lugar dessa

ontologia, Heidegger coloca a sua própria “ontologia fundamental”, uma descrição dos modos de ser do homem no horizonte de um tempo existencial original finito. O “modelo” de homem assim alcançado não é mais – ao contrário do que diz Kuhn – um modelo “metafísico”, no sentido tradicional predominante do termo, mas um modelo “pós-metafísico”, no novo sentido daseinsanalítico. O cientista que segue a nova idéia heideggeriana de essência do homem é convidado a ver e a interpretar os modos de ser do homem concreto como manifestações da estrutura subjacente do Dasein, e a evitar “pressupostos” e “suposições” (sejam eles meta-físicos ou meta-psicológicos) sobre entidades ocultas pensadas como explicação causal desses mesmos fenômenos vistos como eventos naturais. (2006, p. 13)

O ser humano é diferente de qualquer outro ser vivo e objeto, para ser compreendido deve-se diferenciar duas condições fundamentais que separam os seres humanos destes outros entes.

Segundo Sodelli (2007), a primeira condição fundamental é que o ser humano é o único que tem ciência da sua finitude. O Dasein é sempre marcado por seu fim, uma condição inerente a qualquer ser, porém o humano é o único que comprehende isso, portanto um dia não será mais, ou não existirá mais. O ser humano passa a ser o único que tem que conviver com a morte que eventualmente chegará, o ser-aí-para-morte, podendo escolher viver ou morrer a qualquer momento. Esta condição que está posta a todos os humanos é responsável por dois sentimentos que são comuns a todos, a angústia e a culpa.

A angústia, sentimento primordial de todos os seres humanos, vem da ameaça da morte, a ameaça de não existir mais. Estamos sempre vivendo o embate de realizar nossas potencialidades e o perigo de não ser capaz de realizá-las. O humano tem angústia de algo, esse algo seria a possibilidade de não mais estar vivo. A angústia tem um pelo que, que nos remete à condição existencial humana, à qual estão todos postos, onde o ser humano tem que se cuidar para continuar sua existência no mundo. A dimensão do cuidado é essencial para que o ser humano continue na sua existência. O cuidado é responsável pela continuidade da vida humana.

A culpa está posta a todo Dasein, uma vez que o homem tem a possibilidade de fazer escolhas, em detrimento de outras opções, assim tomando em suas mãos o poder de decisão e de escolher o seu modo de ser. A culpa então vem dessa não

realização das possibilidades, vem dessa noção de que as possibilidades e a vida do Dasein estão sempre em jogo. Assim, fazemos escolhas nas quais podemos falhar, despertando desta maneira esse sentimento de culpa. A culpa está muito relacionada com a segunda condição fundamental humana, que descreveremos a seguir.

Como aponta Sodelli (2007), o homem nasce em sua condição livre, é essencialmente livre. Toma decisões, faz opções e dessa forma age diretamente nas possibilidades da sua própria existência. Diferentemente de outros animais, o homem nasce com possibilidades e não determinação. Uma formiga nasce formiga e será assim pelo resto de sua vida, pois não tem possibilidade de ser outra coisa. O ser humano se torna um Dasein, quando se coloca na relação com outros humanos. O humano é possibilidades, onde surge a abertura à experiência. O homem é o ser existindo no mundo.

O Dasein se dá a partir da sua relação com seu mundo fático, sua habitação nesse mundo se dá pela linguagem em formas de cuidado, é cuidando de si, daqueles que estão próximos, cumprindo necessidades biológicas.

Como aponta Casanova,

Ao cuidar de si, o ser-aí está cuidando, em outras palavras, do mundo fático que é o dele, pois tudo o que ele é ele já o é a partir de um tal mundo fático e enquanto possibilidade desse mundo; o que traz à tona simultaneamente o ponto de conexão entre o ser-aí e a historicidade de seu mundo. (2009, p. 133)

É a partir dessa constante relação entre o mundo e o ser, a tarefa humana de cuidar do próprio Dasein que faz com que este tenha a todo momento que lidar com aquilo que chega. A busca pelo sentido da vida é presente para o homem ocidental, que ao mesmo tempo que nunca é alcançado é força motivadora para a existência humana, apontando, assim, para a vulnerabilidade existencial que estão postas para os seres humanos.

Para cuidar dessa vulnerabilidade primordial humana do existir, buscamos maneiras práticas de diminuir e minimizar os sentimentos aversivos e desagradáveis que são encarados na vida humana. Relacionamentos, religiões, exercícios, assim como o uso de drogas, são todas estratégias encontradas pelos seres humanos

para lidarem com essa ferida existencial. O uso de drogas se encaixa nesse papel, aparece como um alívio quase que instantâneo dessa vulnerabilidade existencial, sem precisar de um projeto definido, sem precisar de um vir-a-ser claro.

Por isso a droga está presente no mundo desde o início. Alterar a consciência faz parte da condição da existência humana. As consequências desse uso terão reflexo da relação entre o sujeito, droga e o mundo e como o mesmo cuida de si nessas relações em que está inserido, como aponta Sodelli:

A noção de ser-no-mundo sinaliza que o uso de drogas é sempre atravessado pelos significados sedimentados de mundo. Isto quer dizer que o encontro do Homem com as drogas nunca se dá de modo neutro, fora de um horizonte de mundo, a margem do sentido de uma época. Como já discutido anteriormente, o Dasein se relaciona com tudo que existe a partir do mundo que é o seu, a partir da lida com as coisas, a partir do que se fala das coisas na relação de ser-com-os-outros. Explicar a experiência do Homem com as drogas por meio das reações neuroquímicas que ocorrem no cérebro é assumir o ser humano como um ente sem mundo, como se ele fosse um ente natural amputado da sua abertura ontológica fundamental, aquela que o possibilita experimentar o mundo como somente é possível para um Dasein humano. (2019, p. 42)

Assim posto, se torna impossível pensar as drogas de maneira isolada, como é feito a partir da farmacologia. É necessário compreender como elas estão postas no contexto mundial, qual a relação do Dasein em questão com ela, consigo mesmo e com o seu próprio mundo no qual vive.

4. O USO DE DROGAS NO CONTEXTO DA UNIVERSIDADE

O ambiente universitário e acadêmico, local que proporciona conhecimento e desenvolvimento pessoal e intelectual para os alunos, também apresenta suas dificuldades e desafios que devem ser enfrentados e que estão postos por um contexto institucional. O sofrimento é um deles e envolve todos os membros da instituição, desde os trabalhadores até os alunos que são o foco deste estudo.

Neste ambiente, relações subjetivas e únicas se dão entre os agentes. Para que se possa pensar essas relações e entender como elas podem causar sofrimento, é necessário compreender que na situação de ensino-aprendizagem está posta uma tríade composta pelo aluno, professor e aprendizado, sendo que cada aluno e cada professor vai atribuir sentidos pessoais, coletivos (dado que são compartilhados entre alguns) e universais para esta situação.

Dessa forma se estabelece uma rede de significações, da qual surgem uma diversidade de tonalidades afetivas, entre as inúmeras possibilidades de relações entre outras significações atribuídas a essa rede. Pode-se compreender então que a aprendizagem se dá na relação com o outro, e na maneira que cada um dos alunos comprehende o mundo a sua volta e suas possibilidades, cada um com a sua história e contexto de vida singular e único que é experienciado por cada um dos alunos.

A universidade é o campo onde esses indivíduos demonstram suas vulnerabilidades, inseguranças, dúvidas e, muito comumente, o sofrimento psíquico que carregam consigo, resultante da história de vida de cada um até aquele momento, e que se torna mais presente, mais explicitado conforme estes alunos ingressam na universidade e essas situações começam a se tornarem mais expostas no dia-a-dia desses jovens.

4.1. Fenômeno do uso de drogas

Uma das estratégias mais comuns que os estudantes utilizam para lidarem com a experiência do Ensino Superior é o uso de drogas ilícitas e de álcool e tabaco. Tais usos são comuns na sociedade e, portanto, também no ambiente universitário, onde o estudante se depara com uma nova etapa de sua vida, muitas vezes em um momento de incertezas devido às mudanças importantes que acontecem na trajetória acadêmica e também na vida pessoal, como, por exemplo, não ter certeza sobre sua escolha de curso.

O uso de drogas possui diversos sentidos e significados para cada pessoa, e se mostra muito presente no contexto universitário. No estudo de Santos, Pereira e Siqueira (2013), é discutida uma pesquisa sobre o uso de drogas entre 221 estudantes de psicologia numa faculdade federal do Espírito Santo. Nela, foram encontrados dados que apontavam o álcool (85,07%) e o tabaco (33,03%) como as drogas com utilização mais frequente na vida, seguidos por tranquilizantes (20,81%) e maconha (17,19%), que também apresentaram números significativos.

Em outra pesquisa, Antonassi e Gaya apontam sobre o consumo de drogas na universidade.

Em relação ao consumo de álcool e outras drogas, identificou-se que 89,4% (n=110) dos universitários eram consumidores de álcool, 42,3% (n=52) eram fumantes de tabaco e 20,3% (n=25) consumiam maconha. O uso de inalantes, hipnóticos e/ou sedativos foi relatado por 10,6% (n=13) dos participantes, e o uso de cocaína e/ou crack por 8,9% (n=11). (2015, pp. 69-70)

Segundo esses autores, dentre aqueles alunos que fazem o uso de álcool, 38% relatou prejuízo na vida social; 35% prejuízos nos seus objetivos de vida; 37% prejuízos em relacionamentos; 37% de prejuízo na sua própria saúde; 24% aponta prejuízo financeiro; 17% de prejuízo no trabalho. Tais números nos ajudam a enxergar as possíveis dificuldades e questões com o uso de álcool e outras drogas, pelas quais os jovens alunos universitários podem estar passando naquele momento de sua vida.

Na pesquisa realizada em Vitória (ES), numa universidade com os alunos de Terapia Ocupacional, observa-se que 85,6% já fizeram uso ao longo da vida; 75,7% relataram uso no ano; e nos últimos 30 dias antes da pesquisa ao menos 62,3% usaram drogas. Tais números deixam claro a alta porcentagem de alunos que fazem um consumo frequente do álcool.

Sobre a mudança de consumo ao ingressar na faculdade, a pesquisa de Antunes e Bortoli (2017) nos mostra que 158 (56,6%) apontam que não houve mudança e 121 (43,4%) apontaram essa mudança no consumo. Principalmente no consumo de bebidas alcoólicas, cigarro, maconha, inalantes, anfetaminas, antidepressivos, ansiolíticos, ecstasy, entre outras. O consumo foi amenizado em 12 (4,3%) casos, o consumo se intensificou em 109 (39,1%) dos casos, e não houve modificação nos hábitos de consumo de 158 (56,6%) dos casos.

O estudo de Souza, Ornella, Almeida, Domingos, Andrade e Zanetti (2017) feito com estudantes do primeiro e último ano da graduação de uma faculdade de enfermagem, mostrou que o álcool e a maconha foram as substâncias com a maior taxa de consumo. A pesquisa também buscou compreender qual o nível de entendimento das consequências do uso de álcool, maconha e cocaína. Pode-se observar que a maioria ultrapassou 50% de acertos, um conhecimento de um nível considerado bom, dentre esses 86,5% tiveram mais da metade de acertos em relação ao álcool, 68,8% sobre a maconha e 76,6% sobre a cocaína. Foi feita a comparação entre os escores daqueles que estavam no último ano de graduação com aqueles recém ingressantes na universidade. Os escores foram mais altos em relação ao álcool e a cocaína, os alunos que estão no último semestre demonstraram mais conhecimentos sobre as consequências do uso do que aqueles que estão no seu primeiro semestre.

Apesar desse conhecimento sobre as consequências do uso apontado pelos pesquisadores citados, fica claro que no contexto universitário, o uso de drogas se dá muito presente entre a grande maioria dos estudantes. Pode-se observar que muitas vezes este uso e consumo de entorpecentes se tornou problemático, em alguns casos até abusivo. O consumo de álcool, tabaco, remédios de prescrição e outras substâncias ilícitas como a maconha estão muito presentes no dia-a-dia dos estudantes.

Entender a relação que esses indivíduos têm com o mundo à sua volta é essencial para compreender o uso de drogas e que relações ele tem ou pode ter com o ambiente universitário. Para compreender essa relação do ser humano com a droga, é necessário se refletir sobre a vulnerabilidade de cada indivíduo. A vulnerabilidade está atrelada ao mundo que se abre de cada sujeito, relacionada à noção de existência e ser no mundo de cada um deles. Pode ser enxergada a partir da relação que está posta numa tríade: homem, mundo, droga e suas relações e interrelações.

Para compreendermos a relação dos indivíduos com a droga, é necessário compreender como o Proibicionismo vem atuando nas possibilidades do ser humano ao longo dos anos e nas suas relações, assim como no uso de entorpecentes. O Proibicionismo se dá muito presente na história recente da humanidade, contudo o uso de drogas esteve presente muito antes dele em sociedades diferentes.

5. PROIBICIONISMO

O Proibicionismo aparece em diversas experiências ao longo da história humana, tem como característica ser uma política de controle social, econômico e até de cunho religioso. O controle de certas populações específicas sempre foi um dos pilares do Proibicionismo, que visa o controle das populações marginalizadas.

Os Estados Unidos, no final dos anos 30, nos mostram um exemplo claro como interesses econômicos e de controle de parte da sociedade, foram responsáveis pela proibição da maconha. Para além das questões de controle social - em que os governantes visam ter controle e marginalizar mais as populações negras, mexicanas e africanas que conhecidamente faziam uso da cannabis -, as indústrias têxtils também foram de grande responsabilidade para a proibição da maconha. O cânhamo, derivado da planta de maconha, competia com as indústrias têxteis sintéticas, uma vez que o cânhamo era matéria prima da produção de aditivos para combustíveis, fibras sintéticas e produção de papel. Com o cânhamo fora do caminho por conta da proibição, a indústria têxtil trouxe "soluções" como o náilon que são utilizadas globalmente até hoje.

5.1. Proibicionismo no Brasil

A entrada do Proibicionismo no Brasil se dá oficialmente a partir dos anos 30, com a entrada de legislações, que incorporam uma verdadeira política proibicionista, que criminaliza e sistematiza o consumo de drogas, tornando o uso de drogas uma questão criminalizada, levando-a para o âmbito da segurança pública. Dessa maneira, fazendo uma união entre um sistema punitivo aliado ao discurso oficial, que utiliza de aparatos repressivos como maneira de se aproximarem de seus objetivos proibicionistas. A lei a seguir marca essa entrada na constituição brasileira.

No caso da política criminal de drogas no Brasil, a formação do sistema repressivo ocorre quando da autonomização das leis criminalizadoras (Decretos 780/36 e 2.953/38) e o ingresso do país no modelo internacional de controle (Decreto-Lei 891/38). A edição do Decreto-Lei 891/38, elaborado de acordo com as disposições da Convenção de Genebra de 1936, regulamenta questões relativas à produção, ao tráfico e ao consumo, e, ao cumprir as recomendações partilhadas, proíbe inúmeras substâncias consideradas entorpecentes. (BRASIL, 1938)

Ao longo dos anos subsequentes, esse discurso só ganhou mais força e espaço. Dessa maneira, se caminhou cada vez mais no sentido de marginalizar as populações que faziam o uso. Estes eram considerados desviantes do normal, ou melhor, tidos como degenerados. Tal visão acaba por cada vez mais aumentar o preconceito e o estereótipo moral sobre aqueles que consumiam drogas de alguma maneira. O discurso oficial estigmatizava e criminalizava estes usuários, colocando-os numa posição à margem da sociedade, o que era o intuito desde o começo.

O governo brasileiro adotou e adota até hoje diversas medidas proibicionistas, de propaganda anti-drogas, de combate e criminalização de usuários. Nos anos 60 o Brasil deu mais um passo atrás em sua legislação ao modificar o código penal de maneira que o usuário seja criminalizado da mesma forma que o traficante, recebendo a mesma pena.

Com a chegada do final dos anos 70 e início dos anos 80, com a hegemonia da guerra às drogas nos governos, o cenário do Proibicionismo foi se mostrando. Aqueles que eram consumidores eram considerados doentes, que eram criminalizados, e deveriam ser internados devido a sua doença, partindo assim para uma lógica médica/sanitarista. Quanto aos traficantes, o combate é de cunho jurídico e militar.

Uma contradição já se mostrava, pois ao mesmo tempo que o Proibicionismo era defendido ferrenhamente e adotado por grande parte das nações do mundo na época, via-se em suas sociedades o aumento e a continuidade de novos usuários de drogas, o surgimento de novas drogas e cada vez mais mostrando como essa política estava sendo ineficaz.

Um exemplo disso está nos Estados Unidos, que atribuem a falha do Proibicionismo em seu país, ao tráfico internacional que era realizado por imigrantes que estavam lá, e os países emergentes da América que eram os responsáveis por

fazer esta droga chegar até lá. Tais discursos foram muito adotados pelos países periféricos como Colômbia, Brasil, entre outros, que adotaram a guerra às drogas, o combate bélico e militar contra os traficantes e usuários desses países. Tal movimento fica explícito no trecho a seguir, como apontado por Brandão (2018, pp.105-106):

Internacionalmente, principalmente nos Estados Unidos, apesar de toda a repressão, não se notam reduções no consumo e comércio de entorpecentes. Tamanho insucesso faz com que as drogas sejam eleitas o maior inimigo do ocidente (interna e externamente), transferindo aos países periféricos a responsabilidade pelas drogas que inundavam as ruas norte-americanas. Enquanto nos EUA ocorria uma vitimização doméstica pelos traficantes estrangeiros, nos países marginalizados o discurso central foi absorvido, neles o tráfico era interno e deveria ser combatido com políticas criminalizadoras e médico-sanitaristas.

A partir desse momento, se intensificam no Brasil dois tipos de políticas relacionadas às drogas e ao Proibicionismo. Por um lado, aumentam as propagandas anti-drogas em que aqueles que consumiam eram retratados como inaptos, doentes, que precisam de um tratamento para a doença, considerada a dependência química.

Cada vez mais foi sendo desenvolvida uma linha de raciocínio que separava os consumidores-doentes dos traficantes-viciados. Os traficantes foram cada vez mais tendo uma origem, raça e classe social definida. Em sua grande maioria aqueles classificados como traficantes são os jovens negros, periféricos e marginalizados; que em sua grande maioria são usuários, porém acabam sendo enquadrados como traficantes devido uma brecha para a interpretação na lei. Enquanto isso aqueles usuários ou traficantes brancos, de classe social mais elevada, com acesso a dinheiro e a privilégios, acabam sendo enquadrados como consumidores, que estão doentes e precisam de auxílio de hospital, terapias e internações.

Fica evidenciado então um caminho tomado pelo Proibicionismo, que já é histórico e foi visto em diversas outras sociedades onde ele aconteceu. A utilização dessa política de drogas como instrumento para um genocídio de uma população específica. Uma população negra e periférica, que historicamente no Brasil foi

deixada de lado e, via o combate às drogas, tornou-se alvo do governo e sua repressão mais uma vez. Como aponta Torcato (2016, p.157)

O Mapa da Violência, que aborda os homicídios no Brasil desde os anos 1980, é bastante claro sobre o impacto da abertura política: foi ampliada a letalidade do Estado e iniciado o genocídio da população jovem e negra. O combate ao narcotráfico continua justificando essa barbárie até hoje.

A propaganda anti-droga que acontece no Brasil foi responsável por cristalizar a visão sobre as drogas e os usuários ao longo do século XX, principalmente das suas últimas 3 décadas (anos 70, 80 e 90). Propagandas que construíram estereótipos sobre o consumo de drogas que se mantém até hoje na sociedade brasileira. Santos (2015) traz a visão hegemônica da época onde o usuário era tido como alguém que não consegue lidar com sua dor, por isso se vira às drogas, colocando o uso como um sinal de fraqueza. Tratando os traficantes como malvados, que tem como objetivo viciar os filhos a todo custo. Dramatizando e criando um contexto onde aqueles que fazem uso, são os que caíram na tentação e perderam o rumo.

Com o avanço do Proibicionismo, os usuários de drogas passaram a ser vistos como uma ameaça à segurança pública, postos como alvos da polícia que passa a ter como objetivo a repressão e que cessem por força o consumo de substâncias consideradas ilícitas. Segundo Carneiro (2019)

O efeito de violência mais destacado na sociedade contemporânea relacionado às drogas ilícitas não diz respeito, entretanto, aos efeitos farmacológicos específicos que elas possam causar, mas às disputas entre as redes criadas para a sua distribuição clandestina, entre estas e a polícia e, particularmente, por parte da polícia contra os consumidores destas substâncias.

Como nos conta Carneiro (2002), drogas são produtos culturais que assim como quaisquer outros alimentos e bebidas podem ser usados de maneira equivocada, excessiva. Querer erradicar uma substância é uma concepção fascista que pressupõe um estado com ações autoritárias e extirpadoras para controle de uma sociedade. O estado assim é responsável por uma polícia mental e do comportamento, que diz quais substâncias ou não o cidadão pode consumir para alterar seu estado de consciência e ativamente vai atrás e pune aqueles que

acabam por violar. Dessa forma funciona o Proibicionismo, proibir gera muito lucro para aqueles grandes traficantes como para o estado policial, assim, a liberação de substâncias vai diretamente contra os interesses desses grupos de grande influência. Carneiro (2019) aponta que:

A pior violência existente em relação às drogas, por provir dos agentes públicos de segurança, é aquela que afeta os consumidores de substâncias ilícitas, especialmente os de regiões de baixa renda. A juventude, os pobres e os setores oprimidos são assim criminalizados em suas práticas cotidianas de lazer, muitas delas vinculadas a consumos recreacionais de drogas ilícitas. Essa criminalização abrange a violência diária das intimidações e humilhações policiais, pois embora a lei 11.343, vigente desde 2006, supostamente não penalize mais o consumidor, o critério para a distinção entre uso e tráfico permanece ao arbítrio subjetivo da autoridade policial. A pena para o tráfico, ao ser equiparado a crime hediondo, pode ser mais grave do que até mesmo o homicídio.

Tal falta de critério na lei que deveria definir quantas gramas são necessárias para identificar o usuário como consumidor ou como traficante. Sem esse critério, cada caso está aberto para a interpretação do policial presente. A não existência da legislação, abre espaço para que medidas parciais sejam tomadas.

Quando não se tem definido a diferença entre usuário e traficante pela lei, essa diferenciação passa a ser feita pelos policiais na hora da abordagem. Como não há nada que defina pela lei, outros critérios acabam sendo considerados. Esses critérios são perpassados por posturas racistas e classistas, que estão muito presentes na sociedade brasileira.

5.2. Proibicionismo na atualidade e seus efeitos no ser humano

O Proibicionismo se alonga até os dias atuais, com medidas recentes que retiraram a Redução de Danos do plano de governo brasileiro. O Proibicionismo inseriu o uso de drogas dentro de um contexto danoso, criminalizando e judicializando os usuários. Enquanto os usuários estão sendo perseguidos, presos e muitas vezes até mortos, as indústrias bélicas e policiais lucram e investem pesado nesse mercado da repressão. Segundo Carneiro (2002, p. 128)

O resultado do Proibicionismo foi provocar a hiperlucratividade, danos à saúde pública, devido à falta de fiscalização, a militarização da produção e do comércio de certas drogas e a intromissão do aparato de segurança em esferas da vida cotidiana. A proibição mundial das drogas foi uma das invenções imperialistas que mais permitiu especulações financeiras e policiamento repressivo das populações no século XX.

O uso de drogas, principalmente aquelas ilícitas, tomaram uma outra dimensão nos últimos dois séculos. O movimento Proibicionista foi fortalecendo e cristalizando ideias na sociedade e no senso comum, de que o uso de drogas é exclusivo daqueles vagabundos, drogados, criminosos, pensamento esse que contribui diariamente para a marginalização desse grupo de pessoas na sociedade.

A história do Proibicionismo, que há muito tempo vem sendo construída no Brasil e no mundo, vem tomando proporções enormes através do apoio de grandes entidades mundiais como a ONU, a OMS e também por políticas públicas, pela mídia e pelo senso comum na sociedade. Tais marcas do Proibicionismo foram se enraizando na sociedade e na sua maneira de pensar. O medo e falta de informação sobre as drogas, sobre seus diversos usos e sentidos, foram crescendo e tomando proporções enormes em nosso mundo.

Tais proporções se tornaram tão absurdas, que projetos como o PROERD- Programa Educacional de Resistência às Drogas, visto nos ensinos fundamentais de escolas por todo o Brasil, viraram comuns em nossa sociedade. Projetos que visam, via medo e fortalecimento do tabu, afastar os jovens das drogas. Acabam por ter um sentido contrário, apresentados por policiais militares tais projetos acabam por minar a possibilidade de diálogos dos jovens, que ao enxergarem a repressão e o papel criado pela sociedade para aqueles usuários de drogas, não se sentem confortáveis para conversar sobre o seu uso e refletir sobre o mesmo. Dessa maneira tais projetos acabam por colocar mais medo nos usuários de assumirem que fazem o uso, assim impedindo que os mesmos busquem ajuda ou lugares para conversar e refletir sobre seu uso.

O modelo preventivo defendido pelos proibicionistas é aquele conhecido como Modelo de Intolerância, ou como Guerra contra as drogas. Visa acabar com o cultivo e tráfico de drogas, assim com o consumo de todas substâncias ilegais. Enxergam as drogas de maneira dualista, sendo certo o não uso e o errado o uso.

Tal visão é dominante em nosso mundo, fica clara em diversos pontos da sociedade como apontado por Sodelli (2016, p. 54).

Na rede escolar, este modelo preventivo pode ser representado pelo projeto do PROERD - Programa Educacional de Resistência as Drogas que tem como meta fazer com que as pessoas nunca experimentem qualquer tipo de drogas, prioritariamente as ilícitas. Em relação aos jovens, a ideia fundamental é de afastar qualquer possibilidade de contato com essas substâncias, pois parte do pressuposto de que, qualquer que seja o contato com as drogas, é possível de trazer-lhes consequências trágicas para a vida. Este tipo de projeto trabalha, quase exclusivamente, com o uso de drogas ilegais, deixando para segundo plano as drogas legalizadas, como o álcool e o tabaco.

Esse movimento é enxergado em diferentes áreas da sociedade. Os indivíduos não são convidados a pensar e refletir sobre sua relação com as drogas. Muito pelo contrário, a imagem que é reforçada é de que aqueles que fazem uso, estão perdidos, são loucos, delinquentes e errados, muitos dos estereótipos que são mantidos pela sociedade. Dessa maneira, tais usuários não se sentem confortáveis a conversar sobre seu uso, seja com quem for, o medo de ser enquadrado como um criminoso, bandido, doente faz com que esses usuários que, por muitas vezes poderiam buscar ajuda, buscar mais informações, acabam por não o fazer. Além disso, tais programas acabam por falhar em seu maior objetivo, que seria a total abstinência e que os jovens não experimentem nenhuma droga ilícita.

E, claro, tais proporções também são postas para os indivíduos em seu próprio mundo em suas relações e mesmo como o próprio indivíduo enxerga sua relação com as drogas. A falta de acesso a informação correta e de qualidade sobre drogas, seus usos, seus efeitos, impede assim que os seres humanos consigam fazer um uso mais consciente; compreendendo os possíveis fatores de risco, os motivos de uso para cada um, e como fazer um uso de maneira não abusiva.

Dessa maneira, um contexto histórico de anos de Proibicionismo, de repressão policial governamental quanto ao uso de drogas, de cerceamento da liberdade do indivíduo, vem causando uma marca nas pessoas e na forma como usam e se relacionam com as drogas. Tais marcas são vistas em nossa sociedade que tenta simplificar a relação humana com a droga, compreendendo-a de forma dicotômica, aquele que não faz o uso representa o bem e o usuário representa o

mal. A visão hegemônica é a médica e unilateral de que, a única possibilidade de se enxergar a droga seria a partir do efeito químico, ignorando-se, assim, as relações entre indivíduo, droga e mundo.

Tal visão criminaliza, afasta e segregá todos aqueles usuários de substâncias ilícitas, sem ao menos buscar compreender qual sua relação com o entorpecente e o mundo. Esse preconceito está presente massivamente em nossa sociedade, mesmo que ao longo da história humana esteja mais que claro que, o uso de métodos alteradores de consciência, no caso as drogas, é uma condição da existência humana. Tal condição permanecerá presente na existência humana por mais que o Proibicionismo tente combatê-la via proibição. Para compreender o complexo fenômeno do uso de alguma droga, deve-se compreender o ser-no-mundo daquele *Dasein*, que se relaciona com os sentidos já postos no mundo, nesse caso as drogas. Butler (1994, p. 137) aponta um outro caminho:

Opor-se a esta visão reducionista não significa, no entanto, entregar-se à apologia do consumo de substâncias psicoativas, mas tão somente defender uma análise objetiva e contextualizada da situação das drogas em uma determinada sociedade. Não se trata, pois, da defesa de uma posição extremista de "liberação de todas as drogas" para um consumo indiscriminado, mas do respeito por uma experiência humana milenar, a ser examinada numa linha histórico-antropológica para que se torne possível apreender suas significações modernas.

Esta outra visão sobre o uso de drogas na sociedade vai ser descrita a seguir como a Redução de Danos. Passa por uma postura humana e que considera a historicidade do uso de drogas na sociedade, considerando cada experiência única que cada humano tem e suas relações com as drogas e o mundo em que habitam.

6. REDUÇÃO DE DANOS

O surgimento da Redução de Danos é visto na Inglaterra no ano de 1926. Surge a partir de um relatório que dá permissão a médicos receitarem suprimentos de opióides para seus pacientes dependentes da substância. Apesar de sua primeira aparição ter ocorrido nos anos 20, demorou ainda algumas décadas para que a Redução de Danos (RD) voltasse a aparecer e se tornar um modo de pensar forte e bastante presente na sociedade.

A Redução de Danos só começa a aparecer novamente no início dos anos 80, com o surgimento de programas e políticas pautadas na Redução de Danos na Holanda, com a epidemia de Hepatite B que cada dia se espalhava mais devido o compartilhamento de agulhas que eram utilizadas por aqueles usuários de entorpecentes injetáveis. Foi a partir desse contexto que uma associação de usuários teve a corajosa ideia de agir distribuindo seringas e informação para que os usuários não compartilhassem mais as seringas entre si.

Tal programa chamou atenção do governo Holandês da época, que decidiu aderir ao programa de maneira nacional para evitar o avanço, diminuindo os índices de transmissão da Hepatite B.

Sodelli (2007, p. 642), define a Redução de Danos na área de drogas resumidamente como: “O programa de RD tem um princípio simples: é uma política social cujo objetivo prioritário é minorar os efeitos negativos decorrentes do uso de drogas”.

Pode-se tomar, como exemplo, as drogas injetáveis, em que os usuários demonstram muita dificuldade de largar o entorpecente, seja por falta de vontade ou pela dificuldade de abandonar o uso. Dessa maneira a Redução de Danos propõe

alternativas para que os danos causados pelo uso possam ser diminuídos e minimizados na vida daqueles usuários.

Quando se pensa na Redução de Danos atuando na prevenção, a atuação dela é dividida em três partes, prevenção primária, secundária e terciária. A prevenção primária, trata do trabalho com aqueles que ainda não utilizaram nenhuma droga lícita ou ilícita ou que ainda não estão na idade para usar. Já a secundária, trata com aqueles que já fizeram uso de alguma droga, e ou fazem esse uso esporádico, visando que esse uso não chegue a um nível de abuso. Por fim, a terciária trata de trabalhar com aqueles que já fazem um uso habitual e problemático visando evitar que os mesmos se tornem dependentes.

A Redução de Danos aparece pela primeira vez no Brasil no final dos anos 1980, mais aproximadamente por volta de 1989, quando o mundo se via em um contexto da epidemia do HIV. Foi nesse contexto da AIDS na cidade de Santos-SP, que a Secretaria de Saúde criou o primeiro programa de RD no Brasil, com ações para evitar o compartilhamento das seringas feitas por usuários de drogas injetáveis.

A partir deste momento, cresceram os projetos de Redução de Danos no Brasil ligados com o HIV, foi no ano de 2003 que a RD entrou num âmbito de política nacional e começou a se fortalecer, com a entrada da mesma na Política do Ministério da Saúde para a Atenção Integral a Usuários de Álcool e outras Drogas. Foi assim que deixaram de ser políticas exclusivas de DST para serem abarcadas pelo Ministério da Saúde e pela Saúde Mental dando um salto no seu patamar e no seu alcance dentro do Brasil

A portaria de 2011 (Portaria nº 3.088, 2011), que institui a RAPS, rede de atenção psicossocial, também tem como uma das suas diretrizes a Redução de Danos, uma das estratégias adotadas pela RAPS e seus trabalhadores. Dessa maneira, o cuidado e atenção oferecidos por todos trabalhadores da RAPS deveria respeitar os direitos dos usuários e respeitar que a abstinência não é o único modo de lidar com o uso de drogas assim como não é o único modo de tratamento possível.

Porém, mesmo com a entrada da Redução de Danos dentro dos planos governamentais e de saúde, a RD enfrentou e até hoje enfrenta muita resistência e crítica. Buscou romper com as práticas repressivas, onde a abstinência era o único

caminha possível para um usuário de drogas, passou a enxergar de uma outra perspectiva, respeitando os direitos e a liberdade dos usuários, considerando a singularidade de cada um e pensando maneiras que possam levar um consumo mais saudável e responsável a estes usuários.

Segundo Ribeiro (2013), fica evidenciado o caminho de mudança de paradigma trazido pela entrada da Redução de Danos na legislação brasileira. A pessoa que usa drogas, passa a ser vista como um sujeito com direitos, que não seja excluída de nenhum meio em que se insira; escolas, centros esportivos entre outros dispositivos do estado; acesso a tratamentos dignos que permitam sua reinserção; o direito ao acesso a informação de todas estratégias, riscos, benefícios, efeitos colaterais e apoio psicológico durante a realização do tratamento. Todo cidadão brasileiro deve ter acesso a esses direitos e garantias asseguradas pelo estado brasileiro.

Apesar disso, a RD sofre diversos ataques. O cuidado sempre foi tratado de maneira médica ou religiosa, de maneira excludente e segregadora, que por muitas vezes trata o usuário de droga como alguém demoníaco, retratando o uso de drogas como algo sem volta, criando discursos que reforçam essa posição judicializada e psiquiatriizada, cujos usuários são punidos e tratados como criminosos ou doentes, o que acaba por cercear mais as possibilidades e a chance de um tratamento efetivo ser realizado.

Para além disso, a RD tenta enfrentar a visão que é de senso comum e que é reforçada por boa parte da sociedade, inclusive por muitos trabalhadores da área da saúde, o que dificulta muito a quebra dessa visão retrograda e proibicionista dominante em nosso mundo.

Segundo Lopes e Gonçalves (2018, p. 8):

Entende-se que tais modelos não são necessariamente efetivos e resolutivos. Além de colidirem com a Lei da Reforma Psiquiátrica Brasileira, por não priorizarem necessariamente o tratamento, indo de encontro a um imaginário social segundo o qual algumas classes de pessoas como – os pobres, os loucos, os negros e os usuários de drogas – são vistas como pessoas que descumprem determinadas normas sociais e que, portanto, devem permanecer isoladas do restante da sociedade. Nesse caso, a questão do julgamento moral ainda parece ser o principal critério de avaliação do sujeito.

A atenção integral ao usuário é um conceito primordial da Redução de Danos e é de suma importância que ela aconteça. Para isso é necessário um trabalho intersetorial, visando elaboração de políticas públicas, dessa maneira reunindo diversas áreas de trabalhos de diferentes setores sociais. O trabalho em rede é essencial para o funcionamento da Redução de Danos, uma vez que vai ser a partir dessas redes que será possível chegar em diferentes soluções para as diversas necessidades e questões apresentadas por cada usuário.

Para além desse trabalho em rede de articulação de serviços, o cidadão passa a se reconhecer e se identificar em outros papéis, não somente aquele estigmatizado e estereotipado de um usuário de drogas, como aponta Ribeiro (2013, p. 37):

Mas além do estabelecimento de vínculos com os serviços de atenção, o cidadão usuário de psicotrópicos passa a se reconhecer não mais pela rotulagem sócio-cultural que assumiu como estigma, maconheiro, louco, delinquente, bandido, pária, marginal, para assumir-se como um cidadão sujeito de direitos, protagonistas das reivindicações de seu contexto social e responsável pela implementação das modificações necessárias para a melhoria de sua vida pessoal e relacional.

Foram assim surgindo novos modos de intervenção, que no início eram basicamente para drogas injetáveis, para uma variedade de drogas diferentes que se davam presentes na sociedade. Foram surgindo diferentes estratégias para as diversas substâncias, todas elas pautadas em levar a informação, dados, recomendações, como fazer um uso seguro fornecendo orientações. Na cocaína, por exemplo, passou-se a distribuir kits com canudos individuais, para evitar contaminação e compartilhamento de doenças, assim como materiais informativos sobre a cocaína e tudo que a envolve.

Em alguns países onde a política de Redução de Danos se dá mais avançada, se vê estratégias como a do local de uso seguro, em que os usuários possuem uma sala segura onde recebem todas informações necessárias para que possam fazer um uso menos prejudicial para sua própria saúde. Países como Espanha, Portugal e Canadá já utilizam esse tipo de política.

6.1. Experiências de RD na Europa: Portugal

Em Portugal, a RD é chamada de Redução de Riscos e entrou nas políticas de saúde e de cuidado da população portuguesa faz alguns anos. Em Portugal todas as drogas são descriminalizadas, é um dos países onde esta política de RD já avançou bastante. Os sistemas de saúde e seus serviços são atravessados e centralmente guiados pela RD e seus princípios. Quando se pensa nesses serviços, a natureza deles são descritas por Oliveira (2016, p. 74).

São intervenções que nascem fundamentalmente a partir da iniciativa da sociedade civil, uma vez que no que diz respeito às entidades que os promovem, em 26 casos trata-se de Organizações Não Governamentais (ONG) e só em dois é a Administração Regional de Saúde que desempenha esse papel. Quanto ao financiamento, ele resulta quase sempre da combinação de diferentes fontes, embora todos eles, sem exceção funcionem com recurso a dinheiros públicos.

A sala de uso controlado se torna um exemplo de política de RD feita em Portugal e suas dificuldades. País onde a população que consome substâncias injetáveis é alta, estabeleceram salas seguras, cujos usuários tem acesso aos materiais como agulha, de maneira segura e assistida; além de estarem assistidos por assistentes sociais, médicos, enfermeiros e psicólogos que dão todo suporte, com atendimentos e possíveis encaminhamentos para serviços das redes de saúde e assistência. Dessa maneira, evitando riscos de transmissão de ISTs² e promovendo um uso mais seguro e consciente de seus riscos.

Tal estratégia tem um impacto significativo na vida daqueles usuários que passam a fazer um uso com mais informação, de maneira mais segura e assistida. Apesar de todos esses pontos, como aponta Oliveira (2016) sua entrada na sociedade foi muito difícil, falta de um investimento sólido e contínuo e de apoio são as principais questões enfrentadas por aqueles que estão nessa área.

Além disso, devido a descriminalização de todas as drogas, surge também a possibilidade de se trabalhar com terapias substitutivas. Tais estratégias de terapias substitutivas estão se tornando cada vez mais presentes. Países cujas leis de

² A sigla IST - Infecções Sexualmente Transmissíveis - passou a ser adotada em substituição à expressão Doenças Sexualmente Transmissíveis (DST) porque destaca a possibilidade de uma pessoa ter e transmitir uma infecção, mesmo não apresentando sinais e sintomas.

drogas são mais modernas permitem essa visão mais humanizada e estão alinhadas com os direitos humanos. Um exemplo disso seria o tratamento de usuários de crack com a maconha, visando diminuir e ajudar no controle da fissura experienciada, também está associada há uma menor taxa de recaídas como nos é apontado por Escobar (2018, p. 100) na pesquisa realizada em uma clínica em Pernambuco com usuários de crack que fazem ou fizeram o uso de maconha enquanto realizavam tratamento quanto a dependência do crack.

Em conclusão, o uso de maconha no contexto do acolhimento institucional no Programa Atitude parece convergir para possíveis benefícios no auxílio ao controle da fissura de crack entre os acolhidos. Tal estratégia foi relatada como uma forma de conter ou controlar o desejo e o uso de crack, neste estudo parecendo influenciar a queda dos valores de fissura de crack ao longo do tempo. Esse efeito sobre a expressão da fissura foi apresentado mesmo entre aqueles que mantiveram consumos esporádicos de crack durante o estudo. O mesmo efeito não foi observado nos que persistiram no uso exclusivo de crack no período de acompanhamento, cujos níveis de fissura aumentaram. Os sintomas de ansiedade decaíram rapidamente no primeiro momento, e permaneceram estáveis ao longo do tempo; mas uma vez, usuários que persistiram no uso exclusivo de crack exibiram ao final da observação nível de ansiedade mais elevado do que inicialmente.

Dessa maneira, consegue se observar que a entrada da Redução de Danos possibilita diversas formas diferentes de se abordar um tratamento, respeitando os direitos humanos e a liberdade, sempre considerando a experiência individual de cada ser humano e as singularidades da pessoa e da sua relação com o mundo e as drogas que consome.

6.2. Experiências de RD na América Latina: Uruguai

Um exemplo mais próximo da sociedade brasileira, seria dos vizinhos da América do Sul, o Uruguai. País pequeno, onde foi adotada uma outra postura na relação com as drogas na sociedade. O Uruguai vem adotando uma política de drogas diferente dos outros países no geral. Isso passa por uma nova visão em relação às drogas que vem ganhando força em certos lugares no mundo, como o Uruguai. Gerner (2015) aponta que:

Com efeito, há atualmente uma corrente mundial que está exigindo uma mudança; e o Uruguai não é alheio a isso. Pelo contrário, defende o direito soberano de suas decisões, sendo exemplo de integridade e compromisso com os direitos em matéria de drogas. A violação de direitos humanos em nome da guerra às drogas é um tema inevitável. A criminalização da posse para consumo pessoal tem produzido unicamente prisões superlotadas, onde se viola o direito à saúde de pessoas que em todo o caso tem um vício. A comunidade internacional deve garantir uma proporcionalidade entre a pena e o problema de drogas. A pena de morte deve ser banida, especialmente para crimes relacionados com drogas.

Visando uma nova maneira de se relacionar com as drogas dentro de seu país, desde 2006 o Uruguai vem trabalhando e regulamentando as indústrias do tabaco, álcool e por fim a da maconha; que em 2013, no governo Mujica³, foi totalmente legalizada e teve sua entrada no mercado regulamentado.

O Uruguai acredita em uma política de drogas, diferente daquela realizada em boa parte do mundo. É uma resposta para as políticas que eram enxergadas no Uruguai, assim como no resto do mundo e principalmente num país como o Brasil. Tais políticas que compreendem o usuário como um criminoso que são comuns em nossa sociedade, partem da proibição e do direito penal, são causadoras de danos e sofrimentos de maneira perversa e acabam por levar os usuários a adentrar esse mercado ilícito (GERNER, 2015).

Tal regulamentação é um jeito adequado de se controlar o mercado, que respeita os direitos humanos, protege e valoriza a saúde pública de maneira que os usuários mais vulneráveis e problemáticos passem a se aproximarem do estado e do cuidado, podendo diminuir suas vulnerabilidades e levar uma vida mais saudável de maneira geral (GERNER, 2015).

Dessa forma, o Uruguai faz um movimento para inserir os consumidores de cannabis dentro do mercado legal, com o consumo, venda e produção regulamentados pelo Estado. Tal movimento proporciona proteção e segurança para esses usuários, que não passam mais riscos como antes faziam ao se exporem ao mercado ilícito. Agora são vistos como consumidores ao invés de criminosos, tal mudança de paradigma é de grande importância, pois permite essa

³ José Mujica foi presidente do Uruguai de 2010 à 2015, legalizou totalmente a maconha em 10 de dezembro de 2013, onde individualmente é possível cultivar e possuir a Cannabis, além disso é o primeiro país onde a maconha é produzida, distribuída e comercializada pelo Estado.

passagem de criminoso a consumidor. Permite também que esse consumidor, caso julgue necessário, busque auxílio ou ajuda de profissionais de saúde sem julgamentos ou sem o risco de ser considerado um criminoso e acabar envolvido com alguma questão judicial.

Ambas experiências retratadas nos mostram quão importante é essa mudança de paradigma e como essa passagem do Modelo Proibicionista para a visão de Redução de Danos é urgente.

7. UNIVERSIDADE & REDUÇÃO DE DANOS

7.1. Informação como geradora de autonomia

No início do presente trabalho foi mencionado sobre o uso de drogas ao longo da história da humanidade e seus diversos sentidos. Fica evidenciado que as drogas estão presentes em toda nossa existência e nos mais diferentes contextos de uso e de sociedade. Além disso, fica claro para o pensamento fenomenológico existencial, como demonstrado por Sodelli (2016), que na própria construção ontológica, o ser humano se mostra vulnerável ao cuidar do seu existir. Isto uma vez que o Dasein busca minimizar os sentimentos de angústia e culpa que estão postos no existir humano. Dessa maneira, várias maneiras de alteração de consciência diferentes se enquadram nesse cenário, inclusive o uso de entorpecentes. Portanto, fica evidenciado a impossibilidade de se acabar com o uso de drogas na humanidade, como apontado por Sodelli (2016, p. 78):

Compreendemos, assim, por meio do pensamento fenomenológico, que é impossível acabar com a possibilidade do uso de drogas entre os seres humanos, pois, para isto acontecer, seria necessário modificar a própria condição ontológica do Dasein. Deste modo, todo e qualquer esforço, seja de caráter preventivo ou de tratamento ao uso nocivo de drogas, que pretenda universalmente negar esta possibilidade humana, estará fadado ao fracasso.

Quando se comprehende a impossibilidade de se cessar o uso de drogas na humanidade, fica clara também, que esta impossibilidade também está posta no contexto universitário e no uso feito por aqueles inseridos neste meio.

A discussão sobre o uso de drogas na universidade pode ser feita diante de algumas óticas. A posição das universidades no Brasil perpassa muito mais por uma questão legal, do que por um espectro de cuidado, de atenção aos estudantes, de acesso à informação e a troca dessas informações.

Discussões sobre Redução de Danos, por exemplo, são feitas somente em nichos muito específicos, por exemplo dentro de eletivas em alguns cursos de saúde. Mas essas discussões e conversas não são feitas com todos da universidade. Muito pelo contrário, as universidades acabam por adotar posturas que vão ao encontro da lógica proibicionista, proibindo e repreendendo o consumo de drogas dentro da universidade sem que haja uma discussão e conversas sobre o tema.

Segundo Marques, Silva e Mendes (2018) as universidades comumente abordam a questão do uso de drogas a partir de uma preocupação legal, ao invés de moral e ética, levando assim medidas restritivas para dentro do campus da Universidade. Como por exemplo a proibição de festas e de consumo de álcool dentro do campus, evitando possíveis problemas jurídicos que possam, provavelmente, resultar de uso dentro das dependências da universidade.

Porém, ações como estas somente reforçam a posição em que se encontra a universidade, que é alinhada ao Proibicionismo que, assim como a maioria dos governos e boa parte da sociedade civil, acabam reforçando esse papel de distanciamento entre os usuários de drogas e a instituição; reforçando os estereótipos e colocando esse grupo de pessoas novamente frente a uma questão judicial do uso. Ao invés de fornecerem um espaço onde seja possível uma conversação e diálogos abertos sobre o uso de drogas, suas consequências, seus efeitos, as possíveis estratégias redutoras de danos, que permitiriam que os alunos passassem a fazerem usos mais conscientes, refletindo sobre suas possibilidades e seu projeto. Tal espaço é pensado por Marques, Silva e Mendes (2018, p. 170).

Nesse sentido, é preciso investir na potência de uma construção participativa que considere a pluralidade e que também possa investir em processos contínuos de monitoramento e avaliação. O tema das drogas deve permanecer nos debates, nas trocas de saberes entre comunidade acadêmica e sociedade e, particularmente, com os estudantes reconhecendo a pluralidade deles e considerando suas experiências, dúvidas e anseios.

Dessa maneira, seria primordial que esses espaços surgissem e ganhassem força dentro das universidades, onde fosse estimulado o diálogo, discussão sobre o uso de drogas, seus efeitos e consequências, conversas sobre experiências e dúvidas, sempre pautadas pela Redução de Danos. Estratégias como rodas de conversas com redutores de danos, criação de coletivos de Redução de Danos, distribuição em massa de conteúdos informativos sobre cada droga e suas possibilidades de reduzir os danos. Como apontado por Camargo (2019, p. 7)

Nesse contexto, para minimizar a dissonância, sugere-se que as políticas públicas sejam elaboradas e implementadas de forma a ir “ao encontro” e não “de encontro” com as concepções dos estudantes. Buscar por ações que permitam ao acadêmico ser ouvido em sua dimensão existencial e ao mesmo tempo prezar pela sua autonomia.

Tais espaços seriam de suma importância para que cada Dasein conseguisse externalizar e refletir, sobre qual sentido do consumo de entorpecentes em sua vida, quais questões e anseios que perpassam esse uso, quais estratégias de consumo ele utiliza para conseguir manejar o uso e as outras áreas de sua vida. Seria assim um espaço aberto e receptivo, que escapa a lógica comumente vista na sociedade de julgamentos e preconceitos, onde cada ser pode mergulhar dentro da sua própria existência, visando uma maior compreensão e cuidado da sua relação com as drogas de maneira crítica e munida das informações completas e corretas sobre drogas. Camargo (2019, p. 7) reforça.

Somente a educação emancipadora, comprometida com a formação do sujeito crítico e reflexivo resultará na capacidade de escolhas, na incorporação de novos significados ao seu processo de existir e, por conseguinte, a prevenção. Para tanto, é necessário promover a capacitação dos servidores para lidar com a situação, uma vez que, cada um de nós deve estar desrido de preconceitos e de juízo de valores e ao mesmo tempo pensar que para eles a droga remete à felicidade e faz parte da passagem deles pela universidade.

De tal maneira, é importante que surjam estratégias de cuidado e prevenção dentro do campus universitário, mantidas e pensadas através da Redução de Danos, fornecendo assim um ambiente acolhedor, onde os mesmos possam se abrir quanto as suas ansiedades, dúvidas e questões quanto ao uso de drogas em

um espaço livre de julgamentos, preconceitos e amparados sempre por informação de qualidade.

7.2. Experiências no mundo

É crucial que a RD entre nas universidades e as populações que ali ocupam, de maneira a se tornar popular e conhecida entre os estudantes, que muitas vezes são usuários de alguma droga, e não conhecem a RD e os possíveis benefícios que a entrada dela nas universidades e na vida no geral pode oferecer.

A entrada dela na universidade pode ser pensada em dois tempos. Ao mesmo tempo que é crucial para que os estudantes usuários accessem informações imprescindíveis para que possam fazer um uso mais saudável e ter uma relação mais saudável com a droga de escolha. Sua entrada passa também por um eixo formador de novos redutores de danos, de maneira a fortalecer esse movimento que, apesar da força ganha nas últimas décadas, ainda sofre com a hegemonia do Proibicionismo que toma conta de boa parte da sociedade humana que enxerga o Proibicionismo como saída ao uso de drogas no mundo.

A pesquisa de Pedroso (2021) foi realizada a partir da experiência de fóruns de Redução de Danos organizados pela sociedade civil (trabalhadores e gestores da rede de saúde e assistência social, universidade composta por professores e alunos, organizações não governamentais, usuários dos serviços e consumidores de drogas. Tais fóruns foram organizados em duas universidades do interior de São Paulo, em São Carlos e Ribeirão Preto.

Antecedendo esses fóruns, foram organizados encontros em formato de roda de conversa, realizadas dentro das comunidades pobres da região, envolvendo tanto estudantes, trabalhadores da rede, trabalhadores especializados na Redução de Danos e usuários de maneira a promover um espaço para se pensar a atuação na Redução de Danos na rede, compreendendo suas singularidades e dificuldades, fornecendo diferentes olhares e promovendo um espaço potente da rede de Redução de Danos dentro Brasil e dentro dos diferentes atores da rede. Além disso, foram realizadas rodas de conversa sobre os temas de uso de substâncias entre universitários e buscando se compreender quais os papéis culturais, sociais das

substâncias psicoativas, além de entender e se pensar alternativas e novos caminhos dentro da política de drogas atual na qual estamos inseridos (PEDROSO, 2021).

Tais atividades realizadas na universidade e nas regiões periféricas das cidades onde aconteceram, serviram como grande potencial para que se pensassem de maneira coletiva, a partir de diferentes atores inseridos em diversos contextos, o uso de drogas e como praticar a Redução de Danos, buscando expandir a compreensão desses atores sobre o consumo de substância psicoativas e suas questões. Como nos aponta Pedroso (2021, p. 121).

Com a promoção desses espaços de construção ativa e coletiva de conhecimento, trocas de experiências, fortalecimento da rede intersetorial, compartilhamento de novas práticas e criação de frentes de atuação, teceram-se novas articulações e fortaleceram-se redes.

A partir de tais atividades, surgiram dentro dessas universidades experiências como de grupos de estudos ou grupos técnicos sobre a prática da Redução de Danos. Dessa maneira, um tópico que era pouco divulgado e discutido na graduação, se inseriu nesses dois contextos de maneira a mobilizar parte dos estudantes interessados e criando um coletivo com eles e trabalhadores da área, de maneira a trocarem conhecimentos, informações e anseios quanto a prática da Redução de Danos e o consumo de substâncias psicoativas.

Ações como essa, demonstram ser de grande importância, uma vez que se inicia um contato desses estudantes com a Redução de Danos, um campo desconhecido e novo para boa parte deles. Tais ações como rodas de conversa, fóruns sobre RD levam para muitos desses estudantes uma nova visão da área de drogas, que na história recente do mundo e da nossa sociedade, vem sendo negada e combatida.

É importante, porém se diferenciar, aqueles que adentram à Redução de Danos como um ator ativo, tornando-se um redutor de danos por exemplo e aqueles que a partir da RD possam buscar conhecimentos e informações úteis para sua vida e sua relação com mundo e os seus entorpecentes de escolha, mas que não assumem a RD como forma e projeto de trabalho e de movimento social.

Dessa maneira, é importante que ações como essa existam para que se possa interpelar novas pessoas para se dedicar na área, utilizando da RD para trabalhar com saúde, com o uso de entorpecentes, e no fim com a relação daquele usuário com seu mundo, e as drogas do qual faz uso. Com a entrada de atores de RD nas universidades, se propõe assim um novo espaço formador de redutores de danos, que possam se tornar promotores de saúde e informação dentro da universidade e nos seus caminhos profissionais ao longo da vida.

Porém, é necessário que as ações de RD dentro da universidade abarquem tanto aqueles estudantes da área da saúde, quanto qualquer outro estudante de outra área que faz uso de drogas. Propondo assim um espaço dentro da universidade onde os estudantes passem a acessar informações de qualidade sobre as drogas; sobre uso de certa droga em específico e suas recomendações, considerando seus riscos, as diferenças entre doses seguras e doses altas, possíveis ações redutoras de vulnerabilidades específicas para cada substância; constituindo um espaço livre para que possa refletir sua relação com as drogas e com o seu mundo a sua volta, amparado por informações de qualidade e um ambiente seguro que, diferentemente da sociedade no geral, não enxerga o uso de drogas em si como um problema.

7.3. Para além das experiências relatadas

Podemos pensar que a entrada da Redução de Danos por várias frentes dentro da Universidade é essencial. Atividades, rodas de conversas e palestras com profissionais experientes da área são essenciais para se discutir o tema dentro da Universidade, convocando aqueles estudantes que se interessam na área a se aproximarem e interpelando aqueles que não conheciam tal forma de pensar a terem um contato com a RD.

Para além de formar redutores de danos, a entrada da RD na universidade também é importante para que os alunos usuários passem a ter um ambiente acolhedor e simpático, para que possam conversar e trocar sobre seu consumo de drogas, buscando informações de qualidade sobre como fazer um uso seguro, reduzindo riscos e fatores de exposição e promovendo uma outra relação com o uso

de drogas, rompendo com a visão proibicionista que é hegemônica na sociedade atual.

É de suma importância que essa discussão não se restrinja a área da saúde e seus estudantes, uma vez que o consumo de drogas é feito tanto por aqueles que estão na área da saúde quanto por aqueles que estão em outras áreas de conhecimento. A RD deve se inserir na universidade de maneira a constituir espaços que estejam abertos a alunos de todas as áreas. A criação de um coletivo de Redução de Danos dentro da universidade é um caminho para que esta entrada se dê nestes espaços.

Pode-se pensar, por exemplo, que este coletivo se associe aos centros acadêmicos para realizar atividades de RD dentro dos diferentes nichos e grupos presentes no ambiente universitário, para que exista uma aproximação da RD destes estudantes de outras áreas, que em sua maioria desconhecem a existência de um modo de pensar como da RD. O uso de drogas se dá muito presente nas universidades, porém a grande maioria dos estudantes não possui um espaço onde possam refletir e discutir o tema, longe do tabu e da visão proibicionista da sociedade sobre o uso de drogas.

Os estudantes precisam de um espaço, longe dos julgamentos, onde possam se abrir sobre seu consumo e repensá-los de maneira segura e aliando-se à informação de qualidade. Fernandes reforça essa ideia da necessidade de um espaço seguro de reflexão para esses estudantes:

Pode-se perceber o quanto o uso dentro do contexto universitário é esperado e incentivado, mas de certa forma ainda se coloca como um tabu, uma vez que não é discutido nem existe na universidade uma abertura para que os estudantes possam se informar sem ser condenados ou julgados. (2020, p. 17)

Dessa maneira, para se pensar num cuidado realizado com os estudantes universitários, pensa-se em um cuidado sem julgamentos e com uma postura empática. Tornando assim o ambiente convidativo e seguro para que estes jovens possam se abrir sobre seu uso de drogas e passar a refletir sobre o consumo. As universidades devem se aproximar dos estudantes na hora de realizar um diálogo, esforçando-se para que o mesmo aconteça de maneira horizontal, com um cuidado específico quando os mesmos estão sobre o efeito da substância.

Além disso é crucial que haja uma disponibilidade ofertada pela universidade de escuta para estes jovens, principalmente nos momentos onde há um prejuízo. Tal escuta deve ser empática e acolhedora, é de suma importância para devolver a aptidão do indivíduo de tomar escolhas quanto ao seu uso, considerando seus padrões de consumo, características, reflexões, desejos e vontades. (FERNANDES, 2020)

7.4. Possíveis horizontes e sugestões

Os desafios são muitos quando se trata da entrada da RD na Universidade. Poucos são aqueles estudantes que já conhecem e se interessam por esse modo de pensar antes da Universidade. A hegemonia do Proibicionismo atua nas pessoas desde a infância, cada vez dificultando mais e criando mais barreiras para que se fale do uso de drogas de maneira aberta e sem julgamentos. As ações proibicionistas incentivam que aqueles que fazem o uso, mantenham-se à margem, afastados do resto da população e de um cuidado.

Isso também está posto para os estudantes universitários. Acostumados a vida inteira com a repressão do uso de drogas, na universidade se deparam com um ambiente onde o consumo de entorpecentes é muito comum entre os estudantes. Mas mesmo esse consumo sendo muito presente, não são adotadas medidas pela universidade para que seus alunos façam um uso mais seguro e responsável.

Muito pelo contrário, as universidades estão alinhadas com a postura do Proibicionismo. Em sua maioria assumem posturas legalistas, visando impedir judicialmente aqueles que fazem consumo de entorpecentes dentro do campus. Fica claro, porém, que tais posturas estão longe de ser efetivas, uma vez que o uso dentro da universidade acontece apesar da postura da instituição que só afasta os estudantes de um possível cuidado, porém não tem menor influência no uso ou não uso praticado pelos universitários.

Festas dentro da universidade, festas universitárias como os conhecidos jogos universitários, são alguns exemplos de momentos onde existem altos níveis de consumo de entorpecentes realizados por estes universitários. A Redução de Danos deveria entrar nesses ambientes ativamente, via coletivos de Redução de

Danos trazendo informação segura sobre o uso de cada droga diferente e seus possíveis fatores de risco, oferecendo testagem de drogas, sendo um ambiente seguro onde aquela pessoa que planeja consumir algum entorpecente possa ir caso tenha alguma dúvida, anseio, ou incerteza sobre a substância que está prestes a consumir.

Além da sua entrada nesses ambientes de festa, cujo consumo de drogas é maior e mais presente, a RD se faz necessária também no dia-a-dia desses jovens universitários. Para além de estar presente nos momentos de grande quantidade de uso e do possível abuso da droga, ela deve proporcionar um espaço de conversa, que deve estar aberto a todo momento para que os alunos se informem e possuam um espaço seguro para refletir sobre seu uso de drogas. É necessário que se incentivem espaços como esses, pensa-se na criação por exemplo de coletivos de Redução de Danos.

Tais coletivos podem ser de grande potência, uma vez que, feitos pelos estudantes para os estudantes, acabam por fortalecer um espaço mais empático e livre de julgamentos, que trata todos de maneira horizontal. Devem receber todo o apoio das Universidades, desde a organização até incentivos como trazer pessoas da área para dar palestras, para organizar rodas de conversas, entre outras possíveis atividades com os estudantes.

É importante que a relação entre Universidade e Estudantes seja principalmente marcada por uma escuta empática, um ambiente seguro e livre de julgamentos e preconceitos para que cada um dos alunos tenha a possibilidade de pensar seu consumo de drogas de maneira segura e se aliando de conhecimentos, informações qualificadas e do apoio da Universidade e seus atores nesse processo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Quando se pensa no ambiente universitário e na academia, observa-se um ambiente onde novas teses e teorias sobre o mundo são pensadas, estudadas, pesquisadas e dali serão divulgadas para conhecimento do resto da população que não está inserida.

Ao longo desses últimos anos de Proibicionismo ao redor do mundo inteiro, foram se comprovando a falha do Proibicionismo de várias maneiras, uma dessas vias foi principalmente a da academia e suas pesquisas. O universo acadêmico vem tecendo críticas ao Proibicionismo e apontando novos horizontes, caminhos e propondo novas maneiras de pensar, atuar e de se cuidar do uso de drogas na nossa sociedade.

Tais pesquisas que apontam os malefícios e a não eficácia do Proibicionismo já são conhecidas mundialmente, muitas vezes são realizadas pelos próprios professores e alunos destas universidades. Mesmo assim, as universidades mantêm atitudes que vão de acordo com o Proibicionismo e suas linhas, o que leva essas universidades a se portarem de tal maneira? Essa é uma questão que deve ser levantada, uma vez que, apesar de todas as pesquisas e grande parte dos próprios acadêmicos que fazem parte da Universidade apontarem para a falha do Proibicionismo, quando se trata da Universidade num âmbito maior, estas se posicionam sempre alinhadas com o Proibicionismo.

Seria o medo de sofrer punições por parte de um governo Proibicionista? O que faz com que as Universidades tomem medidas punitivas e judicializadas quanto ao uso de drogas feito pelos estudantes, ao invés de incentivar um diálogo, cuidado e um uso mais consciente e com autonomia?

Tais perguntas ainda seguem sem respostas e devem ser feitas para aqueles que são responsáveis pelas políticas de drogas dentro da Universidade e aqueles que geram e pensam tais regras dentro da instituição. A contradição entre aquilo que é pensado, estudado e discutido dentro das faculdades sobre drogas fica clara quando se compara com as medidas e políticas tomadas pelas Universidades.

Enquanto em cursos de saúde se discutem temas como a Redução de Danos; estratégias para criar ambientes seguros, que provenham informações para aqueles possíveis usuários de drogas; por outro lado a Universidade atua de

maneira totalmente contrária. Expulsa e judicializa aqueles que fazem o uso dentro da universidade, de maneira a descartar aqueles usuários ao invés de tentar compreender o porquê do uso e oferecer conhecimento e informações que façam com que o mesmo reflita sobre seu uso e os possíveis riscos, reconheça possíveis estratégias para que possa fazer um uso mais seguro e consciente.

Portanto, tal posição adotada pelas universidades anda alinhada ao Proibicionismo e acaba por reforçar o modo de relação com as drogas estabelecidas pelo Proibicionismo. Além disso, é preciso reforçar que, para que exista uma mudança na relação com o uso de drogas, que as ações envolvam todos os atores da universidade de maneira acolhedora e empática, visando compreender o uso e orientá-lo ao invés de buscar uma abstinência das drogas irreal e inalcançável.

Os estudantes devem ser parte ativa dessa posição. É necessário que os mesmos se engajem e participem dos espaços e discussões propostas sobre Redução de Danos para que possam superar o paradigma Proibicionista. Por isso, é importante ressaltar que o diálogo entre estudantes e universidade deve ser constante e aberto, deve ser um canal acolhedor e que deixe de lado julgamentos, para oferecer uma escuta atenciosa.

Enquanto for mantida a posição Proibicionista, tais mudanças serão difíceis de ocorrer. A Universidade como um ator ativo da sociedade e responsável pela formação de jovens deve ter um papel fundamental nisso, a academia já vem há anos apontando a falha do Proibicionismo e suas consequências no mundo, nas vidas ao redor do globo e principalmente naqueles que são consumidores de alguma substância entorpecente. A universidade, porém, deve ir além de reflexão e crítica feita pela academia. Deve assumir uma postura ativa no combate ao Proibicionismo, oferecendo informações e conhecimentos sobre os consumos de entorpecentes para aqueles dentro da Universidade, assumindo uma postura de fato Anti-Proibicionista estimulando o pensamento crítico e consciente dos seus estudantes quanto ao consumo de drogas.

É necessário que instituições tão potentes, como as de ensino, tomem essa posição de maneira a fortalecer o combate ao Proibicionismo na sociedade em geral, que por mais que em certas partes já seja possível identificar um avanço, ainda tem muito a ser feito para que nossa sociedade passe a enxergar de maneira mais humana e empática o consumo de drogas e aqueles chamados de usuários.

Ainda tem muito a ser feito, mas uma união entre universidades e estudantes em prol da Redução de Danos é urgente para o combate ao Proibicionismo e a promoção de uma relação mais humana, empática, consciente, crítica e saudável sobre o consumo de drogas, fazendo um contraponto à visão hegemônica da sociedade sobre aqueles que utilizam algum entorpecente.

Proibir não é o caminho nem nunca foi, a universidade já vem apontando isso há anos, porém é necessário agir. Começar a agir de dentro para fora, formando Redutores de Danos, formando pessoas que pensam diferente da hegemonia Proibicionista. Estes podem vir-a-ser atores ativos na mudança, ensinando e compartilhando informações de qualidade, disseminando um cuidado e uma escuta empática e acolhedora com aqueles que fazem o uso. A luta para a quebra do paradigma Proibicionista que ainda impera está longe de estar acabada, especialmente na sociedade brasileira, mas com a união do ambiente universitário e seus atores é possível se realizar mais um passo em direção à uma sociedade livre das amarras Proibicionistas.

REFERÊNCIAS

ALVES, Isidoro M. A ensaística e o trabalho científico. Logos, [S.I.], v. 7, n. 2, p. 14-17, jan. 2015. ISSN 1982-2391. Disponível em: <<https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/logos/article/view/14792>>. Acesso em: 09 nov. 2021.

BRASIL. Decreto-lei nº 891, de 25 de novembro de 1938. Brasília, DF, 1938. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-891-25-novembro-1938-349873-norma-pe.html>

ARAÚJO, Marcelo Ribeiro. MOREIRA, Fernanda Gonçalves. Histórias das Drogas. In: Panorama Atual de Drogas e Dependências. Org: Dartiu Xavier da Silveira, Fernanda Gonçalves Moreira. 1ª Edição. São Paulo: Editora Atheneu, 2006. Disponível em: https://www.researchgate.net/profile/Fernanda-Moreira-8/publication/230824004_Panorama_Atual_de_Drogas_e_Dependencias/links/60213b9792851c4ed55810c8/Panorama-Atual-de-Drogas-e-Dependencias.pdf

BRANDÃO, G. S. A criminalização das drogas no Brasil: uma genealogia do Proibicionismo. Revista de Direito, [S. I.], v. 9, n. 02, p. 87-117, 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufv.br/revistadir/article/view/1719> . Acesso em: 20 set. 2021.

BUCHER, R., & OLIVEIRA, S. (1994). O discurso do “combate às drogas” e suas ideologias. Revista de Saúde Pública, 28(2), 137-145. Disponível em <https://www.scielo.br/j/rsp/a/PBJQcYBXMlyFt3snd5kQSRw/?lang=pt> .

CAMARGO, Elisa Carneiro Pereira et al . Uso e abuso de drogas entre universitários e a sua interface com as políticas públicas. SMAD, Rev. Eletrônica Saúde Mental Álcool Drog. (Ed. port.), Ribeirão Preto , v. 15, n. 4, p. 1-9, dez. 2019 . Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1806-69762019000400003&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 22 set. 2021. <http://dx.doi.org/10.11606/issn.1806-6976.smad.2019.000364>.

CARNEIRO, Henrique. As necessidades humanas e o Proibicionismo das drogas no século XX. Revista Outubro, n 06, 2002 (pp.115-128): São Paulo, SP. Disponível

em: <http://outubrorevista.com.br/wp-content/uploads/2015/02/Revista-Outubro-Edic%C7a%C8o-6-Artigo-10.pdf> . Acesso em: 20 set. 2021.

CARNEIRO, Henrique S. Proibição da maconha: racismo e violência no Brasil. Cahiers des Amériques Latines, Paris, n. 92, p.135-152, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbcsoc/a/kqRPXvCZZcjq3JwGV84vj9J/?lang=pt>. Acesso em: 20 set. 2021.

CARNEIRO, Henrique. As necessidades humanas e o Proibicionismo das drogas no século XX. Revista Outubro, n 06, 2002 (pp.115-128): São Paulo, SP. Disponível em: <https://cetadobserva.ufba.br/sites/cetadobserva.ufba.br/files/330.pdf> Aceso em: 24 set 2021.

ESCOBAR, J. A. C. A maconha como estratégia de Redução de Danos contra a fissura de crack em usuários de um programa da assistência social do estado de Pernambuco. Platô, no prelo

FERNANDES, J. L.; PINTO, M.; OLIVEIRA, M. Caracterização e análise crítica das práticas de RRMD na área das drogas em Portugal. Toxicodependências, Lisboa, v. 12, n. 2, p. 71-82, 2006.

FERNANDES, João Diogo Filippini. Estratégias de Redução de Danos em estudantes universitários que fazem uso de drogas. 2020. Dissertação (Mestrado em Psicologia em Saúde e Desenvolvimento) - Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto, University of São Paulo, Ribeirão Preto, 2020. doi:10.11606/D.59.2020.tde-01092021-071909. Acesso em: 2021-10-13.

GERNER, M.R. Avanços na Política de drogas no Uruguai. REVISTA SUR, v. 12, n. 21. Ago. 2015. Disponível em: <https://bdjur.stj.jus.br/jspui/bitstream/2011/95776/avancos_politica_drogas_gerner.pdf> Acesso em: 29 set. 2021.

HEIDEGGER, M. Ser e Tempo. Ed. Vozes. 2006.

LOPARIC, Zeljko. Heidegger e Winnicott. Winnicott e-prints, São Paulo , v. 1, n. 2, p. 1-18, 2006 . Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-432X2006000200002&lng=pt&nrm=iso> . acessos em 15 set. 2021.

LOPES, Helenice Pereira; GONCALVES, Aline Moreira. A política nacional de Redução de Danos: do paradigma da abstinência às ações de liberdade. Pesqui. prát. psicossociais, São João del-Rei , v. 13, n. 1, p. 1-15, abr. 2018 . Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-89082018000100007&lng=pt&nrm=iso> . acessos em 13 set. 2021.

MARQUES LIMA, K. H.; SILVA, C. G. da; MENDES, R. Drogas e álcool na universidade: proibições, silenciamentos e diálogos. Temas em Educação e Saúde, Araraquara, v. 14, n. 1, p. 156–172, 2018. DOI: 10.26673/rtes.v14.n1.2018.11302. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/tes/article/view/11302> . Acesso em: 30 ago. 2021.

PEDROSO, J. M. G., FIRMINO, C. O., CORRADI-WEBSTER, C. M., MAZOTA, G., & CONSOLI, L. R. P. (2021). Relato de experiência: a organização dos fóruns estaduais de Redução de Danos em contextos universitários. In Anais do III Congresso de Saúde Mental da UFSCar (pp. 118 - 125). São Carlos, SP. Disponível em: <http://fai1uploads.s3.amazonaws.com/1/others/f486517b06958624c08f2fc0fd70e84c42f42216.pdf#page=119>

PORTARIA nº 3.088 (25, dezembro, 2011). Institui a Rede de Atenção Psicossocial para pessoas com sofrimentos ou transtorno mental e com necessidades decorrentes do uso de crack, álcool e outras drogas, no âmbito do Sistema Único de Saúde. Ministério da Saúde. Diário Oficial da União, 52(251), 381, Brasília-DF. Disponível em:

https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2011/prt3088_23_12_2011_rep.html

RIBEIRO, Maurides de Melo. Drogas e Redução de Danos: análise crítica no âmbito das ciências criminais. 2012. Tese (Doutorado em Direito Penal) - Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012. doi:10.11606/T.2.2012.tde-20032013-141828 . Acesso em: 2021-09-13.

RIBEIRO, Maurides de Melo. Drogas e Redução de Danos: análise crítica no âmbito das ciências criminais. 2012. Tese (Doutorado em Direito Penal) - Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012. doi:10.11606/T.2.2012.tde-20032013-141828. Acesso em: 2021-09-14.

SANTOS, A. S. (2015) POR QUE TÃO BUNDINHAS? ENQUADRAMENTOS DAS CAMPANHAS "ANTI-DROGAS" NAS DÉCADAS DE 1980, 1990, 2000 E 2010.

Disponível em:

https://repositorio.ufsm.br/bitstream/handle/1/2015/Santos_Adrieli_da_Silva.pdf?sequence=1&isAllowed=y

SANTOS, M. V. R., PEREIRA, D. S., & S, M. M. (2013). Uso de álcool e tabaco entre estudantes de Psicologia da Universidade Federal do Espírito Santo. *Jornal Brasileiro de Psiquiatria*, 62(1), 22-30. doi:10.1590/S0047-20852013000100004
» <https://doi.org/10.1590/S0047-20852013000100004>

SEIBEL, J.; TOSCANO, A. Jr. Conceitos Basicos e Classificação Geral das Substâncias Psicoativas. In: SEIBEL, S. D.; TOSCANO, A. Jr. Dependência de drogas. São Paulo: Atheneu, 2001

SODELLI, M.. A ABORDAGEM PROIBICIONISTA EM DESCONSTRUÇÃO: COMPREENSÃO FENOMENOLÓGICA EXISTENCIAL DO USO DE DROGAS. *Cien Saude Colet* [periódico na internet] (2007/Set). [Citado em 14/09/2021]. Disponível em: <http://www.cienciaesaudecoletiva.com.br/artigos/a-abordagem-proibicionista-em-desconstrucao-compreensao-fenomenologica-existencial-do-uso-de-drogas/1193?id=1193>

SODELLI, M. Uso de drogas e prevenção: da desconstrução da postura proibicionista às ações redutoras da vulnerabilidade / Marcelo Sodelli - 2. Ed. Atual. – Rio de Janeiro: Via Verita, 2016.

SODELLI, Marcelo. Temporalidade, Uso de drogas e Fenomenologia. Revista Psicopatologia Fenomenológica Contemporânea, São Paulo, v. 8 n. 2 (2019), 2019-11-19. Disponível em <https://doi.org/10.37067/rpfc.v8i2.953>

SOUZA, J. DE; ORNELLA, K. P.; ALMEIDA, L. Y. DE; DOMINGOS, S. G. DE A.; ANDRADE, L. S. DE; ZANETTI, A. C. G. Consumo de drogas e conhecimento sobre suas consequências entre estudantes de graduação em enfermagem. Texto & Contexto, v. 27, n. 2, 11 jul. 2018.

TORCATO, C. E. BREVE HISTÓRIA DA PROIBIÇÃO DAS DROGAS NO BRASIL: UMA REVISÃO. Revista Inter-Legere, n. 15, p. 138-162, 26 dez. 2014.